

Chegada da estabilidade

30 AGO 1994 JORNAL DE BRASÍLIA

30 AGO 1994 LUIZ PIMENTA DE CASTRO

Não há como negar que a estabilização econômica foi, finalmente, colocada ao alcance das mãos dos brasileiros através do Plano Real. O recrudescimento da inflação é um fato constatado por todos os índices e as perspectivas já apontam para novas quedas e para um crescimento do PIB da ordem de 3% para este ano, impulsionado, em boa parte, pelo aumento dos investimentos das pequenas e médias indústrias, que representam 70% da produção.

O saldo positivo do Plano Real vem sendo engordado pela queda dos preços, que sofreram uma alta especulativa às vésperas do lançamento da nova moeda, capaz de assustar aos mais otimistas. Contudo, a retração nas vendas mostrou que o plano vem contando com a credibilidade da sociedade civil e não dependia apenas de um controle monetário rígido para dar certo. Hoje, as vendas retornaram à normalidade sem nenhuma interferência drástica no mercado, configurando que o País caminha para um crescimento econômico em bases sustentadas.

Um mês não decide tudo, seja sucesso pleno ou fracasso absoluto. A despeito do impacto positivo sobre a economia, o Plano Real tem de ser entendido e analisado dentro de um período de maturação, uma vez que a estabilização não se faz da noite para o dia e só a Argentina já atravessa quatro anos nesse processo. O Governo não pode se deixar seduzir por medidas de curto prazo, devendo manter as atuais metas do plano.

O fantasma da reindexação da economia também necessita ser exorcizado. A tentativa de alguns estados e municípios de voltarem a reindexar suas unidades fiscais para aumentar impostos foi eficientemente esvaziada pelo Governo com a extinção da Ufir diária. Mas, uma série de outros fatores antiestabilizantes conspiram contra a continuidade do sucesso do Plano Real, entre eles, as pressões políticas, tão usuais em anos de eleição, exercidas por políticos em busca de recursos para

obras eleitoreiras e por aumentos para o funcionalismo público, civil e militar.

A questão dos juros altos também deve ser cuidadosamente analisada pelo Governo para não cortar o fôlego do Plano Real. Manter as taxas em alto patamar pode ajudar a combater as demandas por consumo e manter o aplicador no mercado financeiro, mas vem causando dificuldades ao setor empresarial. Na verdade, a política de juros elevados tem efeitos danosos sobre a economia, uma vez que limita o setor produtivo, que fica impossibilitado de investir, e tem reflexos negativos na composição dos preços. É positivo que a sobrevalorização do dólar traga benefícios para o setor importador, como é o caso do têxtil, mas os exportadores também precisam contar com alternativas diante da atual política de câmbio para não perderem competitividade.

A realidade econômica brasileira está mudando e o Governo precisa acelerar uma série de reformas que coadunem a realidade com as leis. A revisão da tributação do mercado financeiro não deve ser retardada por mais tempo, principalmente no que concerne à extinção do IPMF, duramente criticado pelo empresariado quando de sua criação, e que agora se torna ainda mais questionável diante de uma economia em estabilização que não suporta uma alíquota tão alta.

Para que não se torne em combate transitório da inflação, o plano de estabilização precisa se alicerçar para não cair nos mesmos erros do plano argentino, que agora sofre com o sucateamento de seu parque industrial, o investimento restrito e o desemprego alto. A vontade política poderá ser o diferenciador entre este e os outros planos para dar início a reformas estruturais fundamentais, capazes de manter a estabilização ao alcance, medidas essas que não dependem só do Congresso, mas principalmente da sociedade civil.

■ Luiz Pimenta de Castro é empresário e presidente da Associação Brasileira das Empresas de Trabalho Temporário